

A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças: “moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do enfrentamento político no início da Regência (1832)

The war of names and the mobility of alliances: “moderados”, “exaltados” and the plasticity of political conflict in the beginning of the Regency (1832)

Eide Sandra Azevedo Abreu¹



Resumo: Este artigo, a partir do exame de debate político realizado na imprensa do Rio de Janeiro no ano de 1832, problematiza a atribuição das identidades nítidas de “moderados” e “exaltados” aos grupos liberais em confronto. Demonstra primeiramente como tais denominações se fizeram presentes nos textos publicados como parte das formulações elaboradas para o enfrentamento dos grupos, em que cada um buscava desqualificar os adversários e resguardar para si qualificativos positivos, conforme os valores predominantes. Também procura evidenciar a flexibilidade do posicionamento dos chamados “exaltados”, cujos textos e alianças expressam uma mobilidade que destoa do modo como têm sido considerados pela historiografia. **Palavras-chave:** regência; exaltados; moderados; História do Brasil; História do Brasil Império.

Abstract: This article, from the examination of part of a political debate held in the press in the year of 1832, problematizes the attribution of the pronounced identities of “moderados” and “exaltados”, which were given to confronting liberal groups. First, it demonstrates how such denominations appear in published texts as part of the elaborated formulations for the conflict between the groups, dispute in which each one sought to disqualify their adversaries and to guarantee for themselves positive qualifiers, in accordance with the prevailing values. It also demonstrates the flexibility of the positioning of the so-called “exaltados”, whose texts and alliances express a mobility that differs from the way they have been considered by historiography. **Keywords:** regency; moderados; exaltados; History of Brazil; History of the Empire of Brazil.



[...] ainda se inculcarão professar moderação, quando só lhes pertence professar vingança, traições, perjúrios, ferocidade, sedução, bruteza? ... Se animarão ainda a passear impávidos pelas ruas das cidades fluminenses? Por entre um povo tantas vezes, de tantos modos, e tão atrozmente atraído? [...] (padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, O EXALTADO, 1832a).

Quanto ao mais, pela regra geral e não pelas exceções cumpre formar juízo de qualquer associação que seja, e nesta parte, não pode recusar-se a vantagem que a Moderação leva aos que a si mesmos se intitulam *Exaltados*. De um lado nós vemos a maior soma dos proprietários, fazendeiros, dos industriais, capitalistas, das pessoas ilustradas, prudentes, dadas à reflexão e ao estudo do regime social. Do outro lado, salvas honrosas anomalias, encontramos gente crédula e ignorante, de mistura com intrigantes afamados, e o comum das classes que interessam menos na ordem pública, pela mesma posição em que se acham colocadas e pela falta de uma educação decente [...] (Evaristo da Veiga, AURORA FLUMINENSE, 1832e).

Parte da bibliografia disponível a respeito do período das regências nos traz a noção da existência, naquele período, de uma divisão das forças políticas em três grandes agrupamentos, que se delinearão com clareza: os exaltados, os moderados e os caramurus. Uma consideração rápida desses nomes, com as nossas concepções atuais, nos faz perceber a existência de uma forte valorização neles embutida. Imersos numa cultura que preza o equilíbrio, a harmonia, a ponderação e a mediania, e que condena a exaltação como perda de limites e desequilíbrio, somos conduzidos, por tais palavras, a considerar positivamente os moderados e negativamente os exaltados. Essa percepção não é problematizada de modo claro e decidido, no desenvolvimento de textos que são referências importantes sobre o período. Esses fixam como algo cristalizado a distinção entre liberais moderados e exaltados, sem problematizar o sentido desses termos, nem indagar sobre a sua historicidade (ver, por exemplo, JANOTTI, 1990, p. 108-109; LYNCH, 2011; NABUCO, 1997, p. 57; NEEDELL, 2009; SOUSA, 1988, p. 90-130; WERNET, 1978, p. 43-71). Terminam por, de certa maneira, reiterar a visão da fragmentação das hostes liberais formulada pelos próprios moderados, como se encontra na passagem de texto de Evaristo da Veiga publicado em 5 de fevereiro de 1832 no *Aurora Fluminense*², em que



elabora uma explicação para a divisão entre liberais “moderados” e “exaltados”, de modo que aos primeiros caibam características atinentes à racionalidade e à boa ordem, e aos últimos uma atuação recriminável, inclusive porque teriam sido coniventes com violências e promovido a própria divisão dos liberais:

Mas não é pelos desvios deste ou daquele de seus membros que um partido deve ser avaliado, mas sim pelos princípios que professa. O que proclama e proclamou sempre a *Moderação*? A observância das leis no castigo dos culpados; o esquecimento de passados desvarios; a liberdade de pensamento e de sua expressão por todos os partidos e opiniões; o termo e limite posto às perseguições e vinganças ilegais, e finalmente o horror à anarquia. Pela sua parte, que doutrina apregoavam e apregoam os *exaltados*? As que são inteiramente opostas a estes princípios, as restrições, a proscrição, o extermínio, a opressão aos que pensam de tal ou tal modo, exercida por outros que não têm as mesmas ideias. [...] Porém nos fins de Abril e no mês de Maio, a intriga tinha já produzido o seu efeito, e quando as hordas dos assassinos começaram a correr as ruas, maltratando, ferindo, e saqueando uma população inerme; quando os cidadãos assustados punham a salvo seus bens e famílias, e iam deixar uma terra que se tornara inospitaleira, a dissensão e a discórdia apareceram entre os Brasileiros. A *moderação* opôs-se com energia a semelhantes excessos, que eram um vergonhoso desmentido da palavra dada no dia 7 de Abril; o *exaltamento* porém tratou ou de os desculpar ou de atribuí-los a quem tremia por seus destinos, receando ser vítima da comoção popular ou mais tarde ou mais cedo. Daí, essas funestas divisões em que os Brasileiros se fizeram inimigos uns dos outros, conforme as suas opiniões, ou temperamento propendiam para o amor da ordem e da estabilidade, ou para as convulsões revolucionárias; conforme neles triunfava a razão, ou o furor. De que lado estavam as ideias conservadores do repouso e da liberdade; protetoras da indústria, e dos melhoramentos úteis? De que lado aquelas outras com que é incompatível qualquer governo regular, e que pretendiam até reduzir de um terço a população de um país que tanto a carece? A resposta não é difícil de dar-se, e esta é a justificação dos *moderados*. (AURORA FLUMINENSE, 1832e, p. 2496).



Vemos, assim, na representação formulada pelo jornalista, a delimitação clara, por meio da nomeação de “moderados” e “exaltados”, de campos com sinais positivo e negativo, o primeiro sendo o de que ele próprio fazia parte e o segundo o dos seus adversários. Essa delimitação de alguma forma se mantém se adotamos sem problematização as denominações, realizadas por meio da substantivação de adjetivos.³

Mesmo autores que atualmente se voltam à salutar investigação da atuação e das concepções dos “exaltados”, de modo a desentranhá-los do esquecimento a que foram relegados, terminam por, apesar de em parte questionar a valorização embutida nessas denominações, não problematizar a que é conferida ao grupo ligado a Evaristo. Marco Morel, que sinaliza a acusação presente na palavra “exaltado”, restringe-se a buscar o sentido que era dado à noção de moderação (MOREL, 2010, p. 114, 119-120), sem lançar luz sobre a sua instrumentalização no interior da luta política, nem sobre o seu uso pela historiografia. Marcello Basile expõe a noção de “moderação” do próprio Evaristo da Veiga, sem também situá-la de modo mais dinâmico nos enfrentamentos travados entre “moderados” e “exaltados” (BASILE, 2006, p. 61).

Na bibliografia que trata do período, apenas a dissertação de mestrado de Carlos Eduardo França de Oliveira, que tratou da imprensa paulista entre 1824 e 1834, sinalizou para um questionamento da noção de moderação, ao expor que o jornal *Observador Constitucional*, no período em que teria sido “exaltado”, rejeitou esse rótulo, e reivindicou o reconhecimento de que em seu grupo se encontrariam os verdadeiros moderados, e que os “moderados” seriam de uma “moderação fingida” (OLIVEIRA, 2009, p. 41-42).

Apesar de sinalizar a existência dessa disputa pelo atributo da moderação no interior do debate político, França de Oliveira não deixa de depurá-lo por alguns momentos de seu significado de arma na luta política, ao dizer que se tratava de “conceito que se apresentava, frequentemente, mais como um *instrumento analítico* das diversas esferas da sociedade civil organizada do que uma posição política rigorosamente demarcada [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 29-30, grifo nosso).

O comentário, feito por pesquisador tão atento à dinâmica dos enfrentamentos das frações liberais, sinaliza para a dificuldade que temos de elaborar uma reflexão que se mantenha todo o tempo no acompanhamento da maleabilidade dos desdobramentos da política, a dificuldade de nos despirmos da necessidade de, em algum momento da pesquisa, encontrar conceitos fechados, definições ou algo que se aproxime disto. Tendo em vista a fluidez do debate do período,



que encontramos especialmente nos jornais, somos levados até a nos indagar: não seria a demarcação clara das posições políticas apenas um anseio nosso, enquanto estudiosos posteriores daquele movimento? Não buscaríamos uma cristalização de dimensões móveis, para facilitar o nosso entendimento? A noção de “moderação”, não servindo para realizar a demarcação desses campos, poderia ser, no interior daqueles enfrentamentos, um conceito para “análise da sociedade”?

Essas são as questões que podemos fazer, ao acompanhar os debates do ano de 1832, em que foi aprovada a lei de 12 de outubro, que embasou a futura formulação do Ato Adicional (1834), tido pela historiografia como um marco da história do Império. Nesses debates, avulta justamente uma disputa pela noção de “moderação”, conscientes as partes envolvidas da forte carga de valorização moral que ela tinha na sociedade.

É igualmente notável uma forte variação do posicionamento dos chamados “exaltados”, fluidez que também dificulta a atribuição de uma coesão a tal agrupamento.

A disputa pela “moderação”: as denominações e as lutas entre as frações liberais

Tendo em vista a economia existente na bibliografia, quanto à problematização da utilização do qualificativo “moderados” para denominar um dos agrupamentos liberais do início da década de 1830, é surpreendente para quem lê uma amostra de jornais desse período considerados “exaltados” pela historiografia,⁴ notar que nos artigos ali publicados existe não apenas uma recusa a enxergar moderação nos “moderados”, como a denúncia da adoção dessa denominação como forma de ocultar práticas extremamente violentas em relação aos adversários. A primeira menção de Cipriano Barata aos “moderados” no jornal *Sentinela da Liberdade*⁵ é nesse sentido:

[...] Digam o que quiserem os servis adutores do poder, esses abjetos hipócritas, debaixo da capa de moderados, egoístas velhacos, serpentes tentadoras saídas⁶ do abismo, e traidores à Pátria. [...] (BARATA, 2008, p. 653).

Nas primeiras alusões de Barata à *Aurora Fluminense*, jornal redigido por Evaristo⁷, também é acusado fingimento na moderação, que seria simultâneo a



uma conduta adulatora em relação ao governo:

Também notamos o desmazelo e talvez pouca sinceridade da Aurora n. 350, que só para encher sua folha transcreve e conta o caso, mostrando aplaudir a escolha [de um militar para a presidência de Minas]. É, na verdade, para censurar que a Aurora deixe passar sem reflexões e desaprovação tal andamento do governo, e até é de presumir que ela, usando da sua fingida *moderação*, o quer lisonjear, ação que a *Sentinela da Liberdade* nunca praticará (BARATA, 2008, p. 657).

No jornal *O Exaltado*, redigido pelo padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte e publicado entre 1831 e 1833⁸, o questionamento da “moderação” dos “moderados” é muito veemente, com o apontamento de que sob aquela denominação escondiam-se despotismo, perfídia, roubos, assassinatos etc. Isso encontra-se em passagens que chegam a nos divertir, pela sagacidade das formulações:

Despotismos, infâmias e traições: ou por outro nome, legalidade, galantarias, e moderações do Partido Feijó, e Evaristo.[...] ainda se inculcarão professar moderação, quando só lhes pertence professar vingança, traições, perjúrios, ferocidade, sedução, bruteza? ... Se animarão ainda a passear impávidos pelas ruas das cidades fluminenses? Por entre um povo tantas vezes, de tantos modos, e tão atrozmente atraído? [...] Não, as traições, os roubos, os assassinios, os perjúrios são as virtudes, que fazem o timbre, e honra dos homens da Moderação, digo da Moderação Evarística? E ainda Fluminenses consentireis impunes, girando entre vós, essas onças?... disse pouco; esses monstros?... não disse bem: esse pútrido refugio da espécie humana?... Ah! Brasileiros, de quantas nódoas, de quantas indignidades, e infâmias, não têm coberto o nosso nome, o nome Brasileiros os monstruosos atos do Governo Feijó?... [...] (O EXALTADO, 1832a, p. 1-2).

Depois disso tudo, o redator completa dizendo que os moderados são “Sacrílegos, que têm profanado o Santo nome da Moderação” (O EXALTADO, 1832a, p. 2).

Uma ainda mais densa consideração dos “moderados” foi feita dia 18 de fevereiro, em que o redator d’*O Exaltado* argumentou com a ideia de que



existiriam inversões nas representações formuladas no jornalismo dos “moderados”, em que os substantivos seriam empregados em sentido oposto ao de seu uso comum:

[...] Do que exposto fica, conheci, Leitores, o transtorno que tem sentido a nomenclatura sob o Ministério do Moderado Sr. P. Feijó, e sob a Regência dos exms. Srs. Lima, Carvalho e Bráulio – de maneira, que Moderação hoje significa, ou é sinônimo de *atrocidade, furor, bruteza*; propriedade significa *alienação*; capitalista é sinônimo de *assassino*; ordem, quer dizer *desordem*; Lei quer dizer *perseguição*; virtude, *crime*; amor, *ódio*; proteção, *vingança*; fé, *perfidia*; fidelidade, *traição*; e pelo contrário: v. g. Anarquia significa *boa ordem*; farroupilha, *cidadão virtuoso*; exaltado, Amigo da *Lei*, e da *Pátria*. Tal é o estado inverso das coisas, ou a metamorfose nomenclar que tem sofrido o Império das palavras sob a direção, ou Presidência dos Srs. Evaristo da Aurora, Januário do Diário, Barão do Americano, e Exc. do Grito. [...] (O EXALTADO, 1832c, p. 2).

Contra as práticas “moderadas”, o redator invoca a “Augusta Constituinte”, a “Sagrada Federação” e a “Suprema Soberania”. Só elas seriam capazes de “levantar sobre as ruínas da hipocrisia, e da traição, o templo da razão e da virtude” (O EXALTADO, 1832c, p. 2).

Nesse astucioso texto, vemos uma inversão em que o autor toma para os chamados “exaltados” as características da moderação. É algo explicitamente afirmado na consideração da sua atuação no 7 de abril: “Os Exaltados, os Anarquistas, como lhe chamais, que vos querem roubar, como dizeis, vos deram o exemplo da verdadeira honra, que os caracteriza, da verdadeira boa ordem, e da verdadeira moderação, não da moderação de Tigre, em 7 de abril. [...]” (O EXALTADO, 1832a, p. 2).

Como se vê com toda clareza, o jornal recusava as atribuições que aos “exaltados” eram feitas pelos “moderados”, e que estavam embutidas no próprio modo como eram chamados.

No número de 26 de janeiro de 1832, há uma divertida recusa do epíteto de “nauseativo”, que tinha sido lançado por um jornal dos “moderados” sobre os “exaltados”. O início do texto é cômico, valendo-se o autor de imagens que associam as diferentes concepções políticas a elementos concretos do cotidiano mais banal: pimentas e papéis de jornais são metáforas para as concepções



diversas existentes n’*A malagueta*, na *Aurora Fluminense* e n’*O Americano*:

Por acaso revolvendo eu um canto de papéis velhos, onde deito os Periódicos mercenários, que condeno ao desprezo, procurando um, que pudesse servir para embrulhar umas malaguetas, que eu tinha colhido no terreiro, pimentinha antifebril, e muito de minha paixão por saudável, e esperta, mas que escalda a muita gente, que não gosta das nossas coisas do Brasil, lancei mão de um maço de lânguidas, e esfarrapadas Auroras; e quando eu as entregava ao preto, deportando-as para um lugar secreto, *por isso que por lânguidas nem para embrulhar pimentas já serviam*, notei entre elas uma outra folha com estranha resistência pela diferença do papel; e encarando-a, vi, que tinha em frente – *O Americano*, e notei, que era o de Sábado 10 de Dezembro, n. 50; e lançando os olhos pelas primeiras linhas da coluna primeira conheci que me dizia respeito, principiava pois – *Havíamos feito tenção de não nos embarçarmos mais com esses nauseativos periódicos pregadores da anarquia: porém mudamos de parecer com a leitura do n. 12 do Exaltado.* [...] (O EXALTADO, 1832b, p. 1).

Na sequência, a qualificação “nauseativo” é devolvida para os adversários, por meio de um argumento que vincula as duas forças políticas a frações diversas da sociedade brasileira. Os “moderados” seriam capitalistas excessivamente abastados — mais suscetíveis, portanto, a sentir náuseas — e os “exaltados” pobres que não teriam o que pôr no estômago:

[...] Primeiramente muito agradecemos ao Sr. do Americano o epíteto – *nauseativo* – por incompetente; porque ordinariamente, o que costuma nausear, são gorduras; v. g. toicinhos, paios, presuntos, queijos, azeitonas, ou coisas que causem horror à natureza, como por exemplo, feridas, sangue de gente, defuntos; ora todas estas coisas estão da parte das ilustres folhas, por alcunho [o mesmo que alcunha], do Governo; v. g. Aurora, Ástrea, Grito, Diário, Americano &c. Um pobre Farroupilha com seu estômago vazio, e seco, e quando cheio é de água da Carioca, e a seca carne do Rio Grande; e que não mata, e tem medo de defuntos, e de sangue humano, e que por isso nem mais vai ao Teatro, nem ao Saguão dele, não pode ter, nem causar náusea; ergo [logo], não é nauseativo. [...] A Aurora, periódico gordo,



e roliço; além de Proprietário Capitalista; a Ástrea, o Diário, o Grito, e S. S. Americana; esses sim podem ter, e causar náuseas, porque todos são proprietários, capitalistas todos, todos comem presuntos, boas azeitonas, engordurados paios, queijos amanteigados, bebem do precioso, que produz o Doro; falam em feridas, em sangue de gente; não têm medo de tiros, mortes, defuntos; o que tudo causa náusea a quem tem estômago fraco, esses sim são nauseativos. (O EXALTADO, 1832b, p. 1).

Apesar de inverter a destinação dos termos presentes nos textos dos “moderados”, mantendo as apreciações positiva da ideia de moderação e negativa de noções que poderiam ser associadas à “exaltação”, *O Exaltado* assume em seu título o termo que foi formulado pelos adversários como um ataque⁹. Não é o que acontece com Cipriano Barata, que usa apenas a qualificação de “liberais firmes” (BARATA, 2008, p. 703) para o agrupamento de que faz parte, sugerindo uma contraposição à maleabilidade quanto aos princípios liberais, que seria característica dos “moderados”.

Uma assunção de “exagero” está presente ainda no periódico *A Malagueta*, redigido por Luiz Augusto May (1782-1850), que também rejeita a atribuição de moderação aos adversários, e acusa Evaristo justamente do contrário, dizendo ser opinião “de todos os seus Patrícios, e todos os brasileiros sisudos em geral”, que ele seria o “principal autor de toda a irritação de partidos, que hoje nos dilacera” (A MALAGUETA, 1832c, p. 31).

Entre os jornais “exaltados” pesquisados, *A Malagueta* de May é o que ataca mais direta e ofensivamente Evaristo - a quem se dirige como V. S. -, ao atribuir-lhe tramas pérfidas, premeditação de assassinato e uma “louca vaidade”:

[...] E cuidará V. S., que o Brasil tem obrigação de desconhecer todas as tramoias da sua emulação, e da sua louca vaidade, que longe de corresponder à presteza, em que eu sempre estava, de acudir com a minha mesquinha quota, ocupava-se diante de seus admiradores a chincalhar [achincalhar] a minha folha, e a minha pessoa, já que não se atrevia a fazê-lo pela Imprensa, por que não lhe fazia conta?? Fala V. S. em caminho reto, e marcha franca! Grande Deus! Um *Pede-sangue*, como V. S., um fanático, que sacrifica tudo à sua louca vaidade, atreve-se a estender-se em um artigo de três colunas para chamar a dúvidas trinta e quatro anos sem reproche!!! [...] Já lhe disse, e agora lhe repito, o segredo

Eide Sandra Azevedo Abreu
A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças:
“moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do
enfrentamento político no início da Regência (1832)



da sua estatura para mim, e para todos os homens imparciais, desenrola-se no descaramento, com que V. S. chama *trabalhos*, e *desares* para comigo - Dois homicídios premeditados, e quase efetuados; - uma propinação [um oferecimento] de veneno, e uma perseguição cruel, que tudo me tirou, por oito anos, daquilo que se me podia tirar! [...] (A MALAGUETA, 1832c, p. 32).

Mais adiante, Evaristo é chamado de “vil poltrão”, “um pede-sangue de março de 1831, e de Julho, Agosto e Setembro de 1831” (A MALAGUETA, 1832c, p. 32).

Os ataques a Evaristo e aos “moderados”, conforme fica explicitado na *Malagueta* e na *Sentinela da Liberdade*, se dariam por conta da efetivação pelos “moderados”, no governo da Regência, de uma política próxima da que tinha sido realizada no Primeiro Reinado. Na gazeta de Cipriano Barata, encontramos a acusação de continuidade do despotismo, de repressão violenta aos liberais “firmes”, defensores da federação: “[...] manifestando-se o desejo [da atual Administração] de querer que continue o Governo Unitário, com mascarado despotismo, apartando a verdadeira federação, ou reformas solidamente federais, que só podem tranquilizar e fazer a prosperidade do Brasil [...]” (BARATA, 2008, p. 801)”.

May, d’A *Malagueta*, fala de “uma cópula muito miserável de coisas novas com coisas velhas” (A MALAGUETA, 1832f, p. 88), ao insistir no apontamento de aproximação entre Evaristo e políticos proeminentes do Primeiro Reinado, conselheiros e ministros que teriam sido responsáveis, diz ele, pela situação que levou à abdicação de D. Pedro I. Sem a colaboração de tais homens, os “moderados” não teriam conseguido estabelecer-se no poder. May publica os principais textos como se fossem cartas ao Imperador, que vêm numeradas. Na de nº 17, questiona a presença de Carneiro de Campos, o marquês de Caravelas, na Regência trina provisória, estabelecida logo após a abdicação de Pedro I. E ataca com especial atenção o Marquês de Valença, a quem acusa de ter elaborado, em 1823, um plano para constituir um vasto Império (que o redator satiriza como o “Império do Conde de Valença”, em A MALAGUETA, 1832f, p. 56) composto apenas pelas províncias de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, num contexto em que estaria ocorrendo o favorecimento de interesses específicos de Portugal e de negociantes ingleses, a quem estariam ligados os ministros e conselheiros de D. Pedro, bem como os “moderados”:

[...] Leitores, quereis que eu vos diga o que sinto, e o que tenho

Eide Sandra Azevedo Abreu
A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças:
“moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do
enfrentamento político no início da Regência (1832)



observado, e o que me parece esse Babelismo de *Liliputianos Modernos de Gulliver?*, pois eu vou dizer com franqueza – Parece-me mais uma mui sutil e porfiada manobra Portuguesa e Mercantil Inglesa, que tem a Cabeça na Terceira e os Pés no Gongo Seco; e que tem por vistas barulhar tudo, afastar tudo, e criar o vasto Império de Minas, Rio e São Paulo, em que o Sr. *Estevão Ribeiro de Valença* falava em 1823 a Sua Majestade, então Imperador, quando caiu a Assembleia Constituinte; e se houver quem duvide disto pergunte-se ao Sr. Costa Carvalho, que é demasiadamente independente, para querer depender, nem da sua mesma província da Bahia! [...] (A MALAGUETA, 1832d, p. 55-56).

No número 127, May sugeria que os interesses estabelecidos em Londres comprometedores do governo “moderado” não seriam apenas de negociantes ingleses, mas também de representantes do governo brasileiro. Estes comporiam o que chamou, na 7ª carta ao Imperador, de “Sinhédrio¹⁰ Velho”, e trariam prejuízos ao tesouro público havia pelo menos 20 anos:

Ao Augusto Avô de V. M. Im. dizia o Conde de Galveas em 1811 e 1812, - que enquanto se não destruísse o *Sinhédrio* da Administração da Fazenda em *Londres* (composta então, bem como hoje, de *Judeus Publicanos*) nunca se poderia acabar com as desordens do nosso Tesouro -; e do *Diário* do Governo N. 149, de 28 de dezembro findo, se vê um ofício ou Aviso do Ministro da Fazenda *Vasconcellos* que bem mostra Senhor o pouco que se tem aprendido com a experiência de 20 anos, e com os discursos da Câmara dos Deputados, pronunciados em 1828 quando *Paula e Souza* se achou só comigo a respeito das 400\$000 Libras Esterlinas da Caixa de Londres; saindo *Vasconcellos* do Salão, talvez por estar com dores de cabeça, e votando meu amigo *Ledo* (*nesse dia*) com o Jovem Calmon. (A MALAGUETA, 1832a, p. 17).

É visível que moderação não era característica da luta entre as frações políticas nesse tempo. Os ânimos eram exaltados em todos os lados. Nessas contendas, uma fração logrou tomar para si o adjetivo “moderados”, que carrega consigo sentido positivo.

Ao mesmo tempo, esses grupos não se mostravam em rígida coesão; pelo contrário, era constante a migração de membros, as aproximações de adversários de véspera, as apropriações de bandeiras alheias. Uma expressão da densidade



desses movimentos se deu quando a fração chamada “exaltada” se coligou à sua adversária caramuru, no intuito de se voltar contra os chamados “moderados”.

Diversidade dos “exaltados” e as suas “alianças”

A bibliografia sobre os anos iniciais da Regência menciona a aliança que grupos de exaltados fizeram com caramurus, tendo em vista combater os “moderados”. A profundidade dessa ligação nos é possível captar na leitura d’*A Malagueta*. O redator, que foi atacado violentamente por José Bonifácio em 1823, em 1832 combate ardorosamente ao lado dos Andrada, chegando a defender o nome de Martim Francisco como “o homem necessário” para resolver os problemas do Império (A MALAGUETA, 1832e, p. 63), e a apoiar a tutoria de José Bonifácio (A MALAGUETA, 1832g, p. 141-142).

Como nos trabalhos sobre o período *A Malagueta* costuma ser mencionada como um dos periódicos “exaltados”, ao ler os textos desse jornal somos tomados de surpresa, ao ver o redator May comprometido de modo tão empenhado com a atuação dos Andrada. É uma estranheza suavizada se levadas em conta outras fontes da época. Cipriano Barata, na *Sentinela da Liberdade* de 1º de outubro de 1831, notou uma mudança daquele periódico, sem visualizar ainda a aproximação com os antigos inimigos: admirou-se de que a “boa Malagueta” não estivesse contribuindo para “fazer molho, como quem diz ‘que me importa?’” (BARATA, 2008, p. 783).

Pouco mais de oito anos antes, em 9 de julho de 1823, Barata começava a narrar os ataques que May tinha sofrido de José Bonifácio. Com indignação, investia contra o ministério, dizendo que a propalada liberdade de imprensa só existiria “no nome”. Quem se atrevia a escrever, segundo o jornalista, expunha-se a agressões violentíssimas, como as sofridas pelo autor d’*A Malagueta*, o qual, após escrever “uma folha cheia de verdades”, teria tido, no dia seguinte, a casa invadida por oito homens mandados pelo ministério. Estes lhes teriam dado “muitas e graves cutiladas e bordoadas”, “cortando-lhe fora dois dedos, e despedaçando de modo que ele ficou a morrer” (BARATA, 2008, p. 325).¹¹

Em 30 de Julho, Barata completou a narrativa, responsabilizando nominalmente José Bonifácio pelo atentado:

[...] Quem escreve com liberdade é condenado à morte, como aconteceu com o Autor do folheto intitulado – Malagueta – cujo sucesso tem circunstâncias mais agravantes do que as expostas



nas minhas Sentinelas. E eu as exponho agora: o Ministro José Bonifácio, segundo notícias mais exatas, foi em pessoa à casa daquele honrado Cidadão para lhe dar com um chicote, e não o achando em casa deixou-lhe o látigo para prova de sua insolência e tirania; e no dia seguinte, esteve ele mesmo com dois Soldados e um Oficial de Caçadores à porta daquele Cidadão, enquanto o Major Quintilhano Alcagete e o Major Santos e o Tenente de Cavalaria Egas Moniz, seus comensais, e mais o Pimpão Mariano acutilavam aquele Escritor em sua sala tomada de assalto [...] (BARATA, 2008, p. 361).

Oito anos mais tarde, em 15 de outubro de 1831, Barata atribui ao próprio Imperador (o “Demônio Tirano”) esse e um outro atentado sofrido por May, em 1829:

O primeiro foi o assassinato perpetrado por ele em pessoa, quando entrou pela casa do Ilustre Senhor May, que tanto tem servido ao Brasil, e o acutilou e despedaçou barbaramente deixando-o por morto; e por fim aleijado e defeituoso. O segundo foi o repetido assassinato que mandou secundar por seus sequazes na pessoa do dito Sr. May, já deputado; assassinato executado de dia ao sair da Assembleia, depois de haver certo traidor cravado um preguinho envenenado no chapéu do dito Sr., para o ferir, e lhe arrancar a vida, etc. Ah! Monstros! Patifes! Traidores desavergonhados!! (BARATA, 2008, p. 799).

Tendo em vista essas agressões, juntamente com a oposição aos Andrada feita no passado por May em seu jornal, é surpreendente notar que, no ano de 1832, o redator veio a considerar de maneira positiva os nomes dos três Andrada que se destacavam na política do Império, opondo-os às três principais e questionáveis forças que, segundo ele, dominavam o Rio de Janeiro (moderados, portugueses e contratadores ingleses):

O que há de espantoso a este respeito é, que muitos e muitos proprietários sisudos, e que têm muito que perder, desejam muito que se ponha este homem nervoso, e probo [Martim Francisco] à testa dos Negócios; mas como o Sr. Evaristo não pode perdoar ao Sr. Antonio Carlos as suas campanhas polêmicas; e os Portugueses não podem perdoar ao Sr. *José Bonifácio* a Independência; e os Srs. Contratadores ingleses não podem enxergar a aritmética



inflexível do Sr. *Martim Francisco*, não há remédio, e é preciso que o Rio de Janeiro continue a gerar, porque estas três entidades assim o querem (A MALAGUETA, 1832f, p. 89).

Em 7 de fevereiro de 1832, após admitir que os três irmãos Andrada “tivessem sido infelizes Ministros no nosso noviciado Constitucional”, enaltece-os: “[...] três homens que quando mais não sejam, ou mais não tenham, são Brasileiros zelosos da Independência de sua Pátria, e homens de uma probidade e limpeza de mãos inquestionável, que não estão cunhando cobre” (A MALAGUETA, 1832d, p. 55).

Às palavras do jornal se somavam as pronunciadas na Câmara, quando Martim Francisco se esmerava em defender os irmãos e a si mesmo das acusações que sofriam naquele momento pelos procedimentos tomados em seu governo, no Primeiro Reinado. O Andrada, durante o seu discurso, pediu ao próprio May que se pronunciasse a respeito das ocorrências a ele relativas. O deputado e jornalista “exaltado” se levantou e disse com clareza que os Andrada não tinham tido parte na tentativa de assassinato que sofreu (BRASIL, 1832, p. 31).

Na mesma *Sentinela* em que Cipriano Barata estranhara a indiferença da *Malagueta*, que não estaria ajudando a “fazer molho”, o redator baiano se dissera “admirado” por “ver o Exaltado (gazeta) afinar e desafinar, isto é, falar como Liberal em um Número e depois em outro como Carcundo.” Em nota a esta passagem, Marco Morel informa que o redator d’*O Exaltado* defendeu a aliança com os caramurus contra os moderados (BARATA, 2008, p. 782). Lemos somente os números de *O Exaltado* de 1832, e por isso não podemos fazer afirmações a respeito da trajetória toda do jornal. Mas esses números indicam não exatamente uma defesa dessa aliança (como se fosse algo por fazer), mas a existência dela, de um modo bem mais suave do que ocorre n’ *A Malagueta*, mas ainda assim notável. Encontra-se, por exemplo, no ponto de vista favorável a José Bonifácio, perceptível quando o chama de “Velho Venerando” (O EXALTADO, 1832d, p. 3), e defende o seu nome na tutoria de Pedro II, afirmando que os seus opositores (especialmente Paulo Barbosa, no jornal *A verdade*¹²) estariam interessados apenas nas benesses envolvidas no exercício dessa função (O EXALTADO, 1832f, p. 4).

Além da defesa dos Andrada, não encontramos nada mais que se mostrasse expressivo de aliança com os caramurus. Talvez não fosse necessário nada mais. Mas a consideração das diferenças em relação ao jornal de May ajuda a valorizar essa economia d’*O Exaltado*. *A Malagueta*, conforme vimos, defende

Eide Sandra Azevedo Abreu
A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças:
“moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do
enfrentamento político no início da Regência (1832)



claramente que o poder seja entregue a Martim Francisco, e é irônica em relação à “federação” (A MALAGUETA, 1832b, p. 21-22). Já *O Exaltado* do padre Marcelino defende a federação com clareza. Se faz questão de dizer que os exaltados estão com Pedro II,¹⁵ talvez seja por não querer sobre si o rótulo de republicano, que fora apropriado, segundo indica em mais de um número, pelos moderados:

[...] Aqui parece, que o redator da Aurora fala de um dos Ilustres Membros da Regência Permanente, o qual recebeu teteias em remuneração das vítimas Brasileiras, sacrificadas em Pernambuco à verdadeira liberdade, não essa liberdade, que professam certos Republicanos fluminenses, os quais gostam mais de nomes, do que de coisas, por isso querem, que o governo do Brasil tenha por força o nome de *Republicano* [...] (O EXALTADO, 1832e, p. 3-4).

Com a sua “República Evarista”, os “moderados”, ao aparentar assumir uma reivindicação passada dos “exaltados”, estariam cooptando-os. O redator não poupa condenações a esses “exaltados” aderentes oportunistas da “moderação”, a quem chama de “liberais por especulação e egoísmo”. Na sequência da passagem que acabamos de citar, temos:

[...] Há pouco eram Anarquistas, farroupilhas de faca, e cacete; hoje são amigos da liberdade! Grande Deus!... e por quê? Porque mamaram do empestado leite da República; que lhe soube administrar o Snr. Evaristo, Odorico Mendes, e Gervázio Pires, o Criador do Batalhão harmonizador em Pernambuco para matar Brasileiros. E será com a República do Snr. Evaristo, Gervázio Pires, que gozaremos liberdade! Poderemos com tais Republicanos ser felizes! ... (22) Consta-nos, que com efeito das fileiras exaltadas desertaram alguns, que sendo liberais por especulação e egoísmo, com nem um amor à Pátria; muito sim a seus empregos, não tiveram vergonha de se bandear para um partido, que os perseguiu, e massacrou; que atropelou os mais sagrados direitos do Homem, e da Pátria, que pisou as leis, e a Constituição; que sustentou, e sustenta ainda o mais infame absolutismo, e tiranias, só porque estes Proteus de mil caras, abandonados em seus panos beneméritos Nacionais natos, e adotivos, lançaram mão, como única âncora sagrada, do Sistema Republicano, que perseguiam, e pelo qual assassinaram os Brasileiros de 3 do atraído abril.



E os nossos liberais por especulação, se deixaram mamar, não se lembrando, que sendo 300 os pretendentes aos empregos da República, e sendo só 30 esses empregos muita pancadaria tem de haver na distribuição deles, contudo fascinados pelo feiticeiro nome de República, República Evarista!, nos deixaram no Campo da Honra, e fugiram para o lamaçal dos Caranguejos. [...] ¹⁴ (O EXALTADO, 1832e, p. 4).

Dois números depois, o redator ironiza o republicanismo que existiria no ministério, e evoca a memória dos liberais derrotados em passado recente:

As atrocidades, e cruéis assassinatos, que tanto distinguiram o Ministério execrando do Padre Diogo Antonio Feijó, e Fonseca Lima, atrocidades porém, e assassinatos venturosos, que tanto lisonjearam os filantrópicos, e patrióticos corações dos nossos ultraliberais Republicanos mamados, e desmamados; [...] Sim as atrocidades, e cruéis assassinatos do Ministério Feijó, e Fonseca Lima, continuam do mesmo modo no Patriótico, Republicano e ultraliberal Ministério dos Excelentíssimos Senhores Carneiro Leão, da Convenção Nacional, e aguerrido Antero, Coluna inabalável da Liberdade em Pernambuco. [...] Onde estais Jurujubas corajosos! Ah! Se assassinados no atraídoado 3 de Abril, jazeis no silêncio do túmulo, levantai ao menos as laureadas cabeças; e reprendei o aviltamento, a vergonhosa apatia, o desamor à honra, à Pátria, à Humanidade, que parece fazer hoje o timbre dos covardes fluminenses, que vos sobrevivem!... Vós morrestes no Campo da Honra, vingando o Sangue de vossos compatriotas, derramado tantas vezes; mas vós não testemunhastes o desprezo afrontoso, com que somos hoje tão vilmente tratados! [...] Sagradas cinzas, Manes Venerandos dos Romas, e Canecas, Vítimas ensanguentadas do Patriotismo, e da Liberdade, animai os Brasileiros!... Gênio do Brasil, Vingai-nos.” ¹⁵ (O EXALTADO, 1832f, p. 4).

Ao mencionar “exaltados” do passado que teriam engrossado as fileiras da “moderação”, o padre Marcelino alude provavelmente a personagens como Borges da Fonseca, que encontramos mencionado na historiografia como um intrépido líder exaltado. Por conta das informações da bibliografia, definimos para a nossa pesquisa, inicialmente, o estudo dos números de 1832 do jornal *O Republico*¹⁶, por ele redigido, como se fosse expressão de uma perspectiva

Eide Sandra Azevedo Abreu
A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças:
“moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do
enfrentamento político no início da Regência (1832)



“exaltada”. Qual não foi nossa surpresa ao encontrar, nas linhas escritas por Borges da Fonseca nesse ano, as evidências de sua adesão aos moderados! No primeiro número desse ano que se encontra disponível, já temos uma evidência incontornável dessa adesão, ao lermos uma defesa dos “moderados” contra as acusações que lhes dirigiam os oponentes: “[...] Falam os exaltados que os moderados promovem intrigas, e que tudo perturbam, mas não promove intriga, não perturba o parecer da Federal [enviado ao governo da Província da Paraíba]? Entende a sociedade que fazer petição é atropelar as leis? Que paradoxo!” (O REPÚBLICO, 1832a, p. 603¹⁷).

À medida que prosseguimos na leitura, nos damos conta de que o redator, que tinha alcançado o cargo de Secretário do governo da Paraíba, onde tinha nascido e agora editava o seu jornal, assumiu o ponto de vista dos “moderados” de maneira contundente.¹⁸

Enquanto Martim Francisco, reverenciado por *A Malagueta*, ataca o ministério, especialmente Feijó, na discussão da fala do Trono realizada na Câmara dos Deputados,¹⁹ o redator d’*O Repúblico* defende o ministro enaltecendo-o, diretamente, em texto de sua lavra, ou indiretamente, publicando escritos de terceiros. Em 7 de julho de 1832, no n. 170 do seu jornal, Fonseca se regozija pelas “medidas de salvação” da “tranquilidade pública” tomadas pela Assembleia Geral, e anuncia a publicação dos relatórios dos Ministros de Estado, para dar “uma exata notícia do pé em que se acha a administração do Brasil”, momento em que exalta o “virtuoso e incomparável Ministro” Feijó, “a quem o Brasil tanto deve” (O REPÚBLICO, 1832b, p. 611). Em 30 de outubro, no n. 204, publica uma carta dos membros da Sociedade Defensora da Vila de Campanha, de 21 de julho de 1832, assinada por “Do Omen e América”, que é anunciada por Fonseca assim: “Para que se veja qual o crédito do ministério do extraordinário FEIJÓ, leia-se o seguinte.” (O REPÚBLICO, 1832c, p. 751). E segue a carta, convidando a “suplicar com ela ao atual Ministério, a não desamparar o estado nas crises em que nos achamos.” O corpo do texto é um louvor à atuação de Feijó na repressão aos adversários, e uma súplica por apoio a exigências do ministro da Justiça:

Srs., esta administração, cujo comportamento firme, e estranho aos partidos tem sabido até o presente salvar o Brasil do horroroso abismo, que mãos parricidas lhe preparam, acaba de protestar ao corpo legislativo que se demitirá, caso se neguem, ou demore as providências enérgicas, que necessita para salvar



a nação; esta demora pode ter lugar, e então, Srs., que será do Brasil! Os patriotas aterrados por este golpe, a confiança pública estremecida, e as facções erguendo altivamente o colo; ver-nos-emos no perigo eminente [sic] de sermos devorados pela feroz anarquia, ou pisados aos pés por déspotas execráveis [...] (O REPÚBLICO, 1832c, p. 751-752).

Em 15 de novembro de 1832, no n. 211, *O Repúblico* divulga texto de jornal de Buenos Aires - que já havia sido publicado pelo *Aurora Fluminense* - elogioso ao ministério Feijó (O REPÚBLICO, 1832d, p. 779-782).

A adesão de Borges da Fonseca à “moderação” também é indicada pela sua concepção da composição da sociedade, que está ligada a uma visão bastante degradada dos “exaltados”. Em 7 de julho de 1832, no n. 170 d’*O Repúblico*, o redator publicou um texto de *A verdade* que expunha com clareza uma distinção entre “Povo” e “populaça”:

[...] Povo é a massa agrícola comerciante, industrial, proprietária, e científica da Nação, à última destas devem pertencer os empregados públicos; o resto é populaça e tanto esta no Brasil se distingue do Povo que tem adotado características infalíveis. Eles se dizem cidadãos brasileiros, como para que os outros se nauseiem deste nome, suas cabeças esquentadas, se cobrem com um chapéu de palha, um cigarro na boca os faz conhecer até pelo cheiro da casaca bastante usada, gola gordurosa, sobraço roto, passo gingado; do botequim à taberna e desta a outro deboche, levando nas algibeiras bem patentes matracas, e clarins, que não leem, nem ouvem ler, mas que servem de passaporte de entrada nas cavernas da tupidez [estupidez?], donde saem com novo frenesi para pôr em prática no dia seguinte; estudando só o meio de possuir por maneira diversa da ordinária, porque tal gente extraordinária não deve possuir senão por meios extraordinários. (O REPÚBLICO, 1832b, p. 613).

Em vários números do *Aurora*, Evaristo apresenta uma concepção similar, na maior parte das vezes de modo difuso, e de modo explícito no n. 588. No artigo “Interior”, responde à acusação de que nas fileiras dos “moderados” haveria gente que significaria uma desonra, por não apresentar as características pertinentes ao agrupamento. O redator admite que possam existir entre eles homens que não sejam “puros e sem nódoa”, homens de “caráter duvidoso”.

Eide Sandra Azevedo Abreu
A guerra dos nomes e a mobilidade das alianças:
“moderados”, “exaltados” e a intensa dinâmica do
enfrentamento político no início da Regência (1832)



Mas diz que não são esses os seus “membros preponderantes”, a quem se pudesse atribuir “a direção e marcha” realizada pelos “moderados”. Mais ainda, Evaristo afirma que seria preciso atentar não para as exceções, mas para a regra, e perceber que os “moderados” teriam nesse aspecto muita vantagem em relação aos “exaltados”:

Quanto ao mais, pela regra geral e não pelas exceções cumpre formar juízo de qualquer associação que seja, e nesta parte, não pode recusar-se a vantagem que a Moderação leva aos que a si mesmos se intitulam *Exaltados*. De um lado nós vemos a maior soma dos proprietários, fazendeiros, dos industriais, capitalistas, das pessoas ilustradas, prudentes, dadas à reflexão e ao estudo do regime social. Do outro lado, salvas honrosas anomalias, encontramos gente crédula e ignorante, de mistura com intrigantes afamados, e o comum das classes que interessam menos na ordem pública, pela mesma posição em que se acham colocadas e pela falta de uma educação decente. Conhecemos que há Cidadãos honestos e estimáveis no partido *exaltado*; mas o seu número é diminuto, e são de ordinário espíritos inflamáveis, de mórbida irritabilidade, e que em tudo se deixam guiar por um vão entusiasmo. Confessando que de uma e outra banda tem havido excessos nos escritos, e folhas periódicas, nós perguntamos, contudo, se a *Moderação* apresentou nunca produções imorais como a *Matraca* e o *Jurujuba*, frenéticas como o *Exaltado* e o *Filho daTerra*? [...] (AURORA FLUMINENSE, 1832e, p. 2495).

No n. 579, de 11 de janeiro de 1832, o mesmo Evaristo fala em “choque violento de interesses entre os proprietários e aqueles que não possuem”; e menciona também “classes trabalhadoras” (AURORA FLUMINENSE, 1832c, p. 2457).

Ao redator do *Aurora Fluminense*, que chamou de “alianças extravagantes” (AURORA FLUMINENSE, 1832a, p. 2443) as realizadas entre “exaltados” e “caramurus”, não pareceu estranha a adesão de Borges da Fonseca aos “moderados”. Pelo contrário. Inicialmente, houve empolgação com o concurso da voz do “exaltado” às suas hostes. Em 9 de janeiro de 1832, Evaristo comenta que na província da Paraíba “continua a publicar-se o *Repúblico*, jornal aqui tão célebre em uma crise importante, e é acérrimo pregador da ordem, e adversário dos anarquistas.” (AURORA FLUMINENSE, 1832b, p. 2453). Quase



um mês depois, já desagradava o jornalista as palavras de Borges da Fonseca, que apontava fraqueza do governo, num artigo cheio de xingamentos aos “exaltados”: “[...] mal haja o governo fraco e inepto que a ferro e fogo não leva pelos ares esse punhado de desprezíveis anarquistas, e que condescende com suas inépcias!!” (*apud* AURORA FLUMINENSE, 1832f, p. 2499). Evaristo diz não aprovar a “linguagem áspera e violenta” de seu novo correligionário. E assinala que os “patriotas” teriam mudado a apreciação das violências de Borges da Fonseca: antes a apreciavam, agora a repudiavam. Não veriam eles que a mudança daquele jornalista teria acontecido de modo que ele permanecera igual a si mesmo. Diz isso aproveitando para associar os “exaltados” aos partidários de D. Pedro I, no Primeiro Reinado, outrora atacados por Fonseca: “[...] O Repúblico é sempre o mesmo, a diferença está em que hoje encara ele os anarquistas, como os mais perigosos inimigos da liberdade que anela; nesta parte são eles os sucessores dos homens corrompidos do governo de D. Pedro.” (AURORA FLUMINENSE, 1832f, p. 2499-2500).

Evaristo mantém em seus textos, na maior parte do tempo, uma inflexão de sobrançeria moralizante, em que pode aparentar a tão propagandeada “moderação”. Entretanto, em algumas passagens sai desse tom, atacando violentamente os adversários, a quem chama, coletivamente, de “gentalha” (AURORA FLUMINENSE, 1832d, p. 2481) ou até mesmo de “fezes da sociedade”.²⁰ Também pouco “moderados” são os termos com que trata o seu adversário Luís Augusto May, que o atacava nas páginas d’*A Malagueta*. Ao responder ao seu antagonista, Evaristo o caracteriza como vil adúlador,²¹ que no Primeiro Reinado teria bajulado Pedro I, e até havia pouco tempo ter-se-ia oferecido para escrever a seu soldo, importunando-o com elogios, para conseguir o que queria (AURORA FLUMINENSE, 1832d, p. 2479-2480). Como vemos, é impiedoso com May, que nesse momento estava aliado aos seus próprios adversários do Primeiro Reinado. Por isso Evaristo chama-o de “cortesão de seus próprios assassinos e cuja bravura de corça está pintada na sua móvel fisionomia”, acrescentando que ele não duvidaria “sacrificar a causa pública, e a felicidade de seus concidadãos para ganhar alguns vinténs” (AURORA FLUMINENSE, 1832d, p. 2480).

Evaristo também busca ligar o Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, redator d’*O Exaltado*, ao governo de Pedro I, ao dizer que ele votou contra o governo provisório, e a favor das forças ligadas ao primeiro imperador, em 1822. Depois de reproduzir depoimento dado por Marcelino em 1822, numa devassa contra os maçons, Evaristo comenta:



Eis o Padre *Marcelino Pinto Ribeiro Duarte*, que tanto nos fala em devassas e testemunhas de devassas, que blasona de furioso democrata, e finalmente que escreve o *eloquente Exaltado*. – Em 1822, porque governavam homens da sua simpatia, era aos seus olhos um crime querer que na Capitania se proclamasse o governo provisório, aliás autorizado por Lei, e chamar *corcundas*, aos que eram cegamente adesos à *Casa Real*; hoje é para ele ação meritória derrubar o governo da Nação, elevar *tumultuariamente* outro em seu lugar, insultar o Imperador, exigir deportações com as armas na mão, e transtornar toda a ordem estabelecida. Em que mãos vamos cair, se triunfa a loucura do partido que se confessa frenético, febricitante, e cujos chefes o cobrem de vergonha! (AURORA FLUMINENSE, 1832e, p. 2498).

Os movimentos dos liberais chamados exaltados no sentido de uma profunda aproximação de frações “caramurus” ou “moderadas” dificulta que possamos concebê-los como um agrupamento político com identidade tão radical e definida, como sugerem os textos de Marcello Basile e Marco Morel já citados neste trabalho. Também não parece rigorosa a concepção de uma identidade “moderada”, levando-se em conta que as posições dos políticos que nela costumam ser englobados oscilou conforme o momento, tendo em vista lidar com as pressões dos seus adversários. Mais adequada que a límpida separação feita pelos autores mencionados, entre “exaltados”, “moderados” e “caramurus”, parece-nos a concepção exposta por Carlos Eduardo França de Oliveira, de que eles “constituíram um campo de forças antagônicas que na realidade não engendrou frentes partidárias ou grupos políticos coesos [...]” (OLIVEIRA, 2009, p. 44).

No artigo “Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império”, levando em conta as alianças realizadas pelos “exaltados”, Marcello Basile admite que eles “não chegavam a constituir um grupo bem homogêneo” (BASILE, 2001, p. 95). Entretanto, sua formulação parece suavizar diferenças, que são mencionadas apenas como senões, sendo a seguir retomada a ideia de um agrupamento exaltado como introdutor de “uma nova linguagem política”, baseada “nos princípios radicais do jacobinismo francês” (BASILE, 2001, p. 95). Essa linguagem unitária, que informaria “o pensamento e a ação dos exaltados”, estaria presente num conjunto de definições divulgadas pelo *Nova Luz Brasileira*, as quais o autor chama de “dicionário cívico doutrinário”. Existiria, então, segundo o autor, uma doutrina



exaltada.

A intensidade e a natureza dos debates que encontramos no ano de 1832, ao reforçar os significados políticos imediatos de aliar-se aos “moderados” ou aos “caramurus”, nos fazem acreditar na existência de diferenças muito significativas entre os chamados “exaltados”, a ponto de dificultar o desenho de um agrupamento com alguma coesão. A forma viva de manipulação da linguagem presente nos textos também nos faz duvidar da formulação de uma “doutrina”. O exame dos jornais de 1832 sinaliza que os posicionamentos dos exaltados acompanham a flexibilidade dos movimentos circunstanciais da política.²²

Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira de; SILVA, Janaína de Carvalho. Moderados, Exaltados e Caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo Ferreira da Veiga (1831-1835). *Almanack* [online], Guarulhos, n. 4, p. 130-148, 2º semestre de 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320120409>>. Acesso em 13 jul. 2021.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 576, p. 2443, 2 jan. 1832a.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 578, p. 2453, 9 jan. 1832b.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 579, p. 2457, 11 jan. 1832c.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 584, p. 280, 2479-2481, 5 jan. 1832d.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 588, p. 2495-2496, 2498, 5 fev. 1832e.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, n. 589, p. 2944-2500, 6 fev. 1832f.
- AURORA FLUMINENSE, Rio de Janeiro, p. 2475-2476, 23 jan. 1832g.
- AURORA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, p. 2484, 27 jan. 1832h.
- BARATA, Cipriano. *Sentinela da liberdade e outros escritos*. São Paulo: Edusp, 2008.
- BASILE, Marcello. Luzes a quem está nas trevas: a linguagem política radical nos primórdios do Império. *Topoi: revista de história*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 91-130, dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237101X2001000200091&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jul. 2020.



BASILE, Marcello. Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006. p. 60-93.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial – v. II – 1831-1889*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. p. 53-119.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Annaes do parlamento brasileiro câmara dos srs deputados: terceiro anno da segunda legislatura*. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. PINTO, 1832. t. I. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/28399?_ga=2.87980568.1214043804.1596229663-552872536.1592792038. Acesso em: 01 ago. 2020.

CAMPOS, Adriana Pereira; PANDOLFI, Fernanda Cláudia; BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. Percursos de um homem de letras nos oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 20, p. 10-37, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463320182002>. Acesso em: 30 maio 2021.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n. 16, p. 1-2, 14 jan. 1832a.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n. 19, p. 1, 29 jan. 1832b.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n. 20, p. 2, 18 fev. 1832bc.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n.23, p. 3, 16 ago. 1832d.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n.26, p. 3-4, 8 out. 1832e.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n.28, p. 4, 18 out. 1832f.

O EXALTADO. Rio de Janeiro, n. 28, p. 4, 18 out. 1832g.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito. *A idéia de república no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. 2004. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

JANOTTI, Aldo. *O marquês de Paraná*. Belo Horizonte: São Paulo: Edusp, 1990.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Do despotismo da gentalha à democracia da gravata lavada: história do conceito de democracia no Brasil (1770-1870). *Dados*,



Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p. 355-390, set. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000300004&lng=en&nr m=iso. Acesso em: 22 fev. 2020.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 127, p. 17, 14 jan. 1832a.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 128, p. 21-22, 17 jan. 1832b.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 130, p. 31-32, 21 jan. 1832c.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 136, p. 55-56, 7 fev. 1832d.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 138, p. 63, 11 fev. 1832e.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 145, p. 88-89, 28 fev. 1832f.

A MALAGUETA. Rio de Janeiro, n. 158, p. 141-142, 31 mar. 1832g.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2010.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. 5. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997. v. 1.

NEDELL, Jeffrey D. Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857. *Almanack Baziliense*, São Paulo, n. 10, p. 5-22, nov. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i10p05-22>. Acesso em: 01 ago. 2020.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Poder local e palavra impressa: a dinâmica política em torno dos conselhos provinciais e da imprensa periódica em São Paulo, 1824-1834*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

POCOCK, John G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 63-82.

O REPÚBLICO. Rio de Janeiro, n. 168, p. 603, 30 jun. 1832a.

O REPÚBLICO. Rio de Janeiro, n. 170, p. 611, 7 jul. 1832b.

O REPÚBLICO. Rio de Janeiro, n. 204, p. 751-752, 30 out. 1832c.

O REPÚBLICO. Rio de Janeiro, n. 211, p. 779-782, 25 nov. 1832d.



RIBEIRO, Gladys Sabina. *Causa nacional e cidadania: a participação popular e a autonomia na imprensa carioca do início dos anos 1830*. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 113-141.

RODRIGUES, Luciana dos Santos. *Os exaltados: política e identidade na corte regencial (1831-1834)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

SILVA, Carolina Paes Barreto da. *A trajetória d’O Repúblico no fim do primeiro reinado e início da regência: os discursos impressos de Antônio Borges da Fonseca sobre a política imperial (1830-1832)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

SKINNER, Quentin. Prefácio. In: SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9-14.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Evaristo da Veiga*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

THOMPSON, E. P. O inglês livre de nascimento. In: THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1, cap. 4, p. 83-109.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

WERNET, Augustin. *Sociedades políticas (1831-1832)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

Notas

¹Professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

²“O periódico *Aurora Fluminense* foi fundado por José Apollinário de Moraes, José Francisco Sigaud e Francisco Chrispiniano Valdetaro. De início, Evaristo era apenas um colaborador, mas logo passaria a redator principal e, a partir de 1829, o único redator da folha que lhe abriria as portas para a carreira política. O jornal esteve ininterruptamente em circulação entre 21 de dezembro de 1827 e 30 de dezembro de 1835, em um total de mil cento e trinta e seis números regulares e duzentas e setenta e seis páginas. Após esse período, entre maio de 1838 e julho de 1839, circulou na Corte outra folha com o mesmo título, mas que nada tinha a ver com a anterior, uma vez que Evaristo da Veiga morrera em 1837 e seu grupo, liberal moderado, não mais existia. (...)” (ANDRADE; SILVA, 2012,



p. 132).

³Ao valorizar o fluxo das denominações no debate político, este artigo pode fazer lembrar a perspectiva da história dos conceitos, tal como delineada especialmente por J. G. A. Pocock (2003) e Quentin Skinner (1996). Não obstante reconhecer que tal abordagem pode resultar em trabalhos criativos e relevantes, nosso modo de conceber a presença dos conceitos na dinâmica da luta política é diverso. Isto porque, embora a linguagem nos pareça de extrema relevância, não pensamos, como Pocock, que ela tenha um grau de autonomia suficiente para definir seu próprio modo de articulação. Nas palavras do autor, “[...] a linguagem é uma atividade contínua, que estabelece as suas próprias regras e, até mesmo, determina as maneiras como essas regras podem ser alteradas. É do *métier* de nosso historiador aprender uma série de linguagens e estabelecê-las como contextos em que são efetuados os atos de enunciação. [...]” (POCOCK, 2003, p. 74). Considerando a linguagem como parte importante da dinâmica histórica, não entendemos que ela esgote o contexto a ser apreendido. Também não trabalhamos com a ideia, exposta por Skinner, de um “vocabulário normativo” que limitaria, “pelo menos em parte”, o “comportamento” do “agente político” (SKINNER, 1996, p. 11-12). Nossa concepção do significado da retórica na luta política se inspira no modo como E. P. Thompson com ela trabalhou em *A formação da classe operária inglesa*. Uma boa amostra da dinâmica apreendida pelo autor se encontra nas páginas em que tratou das elaborações feitas por setores populares de Londres a partir dos termos do debate entre Thomas Paine e Edmund Burke sobre a questão dos direitos do homem, no final do século XVIII (THOMPSON, 1987, p. 83-109).

⁴Entre os jornais que são costumeiramente mencionados como “exaltados”, lemos o *Sentinela da Liberdade*, *O Exaltado*, *A Malagueta* e *O Republico* do ano de 1832. Para nossa surpresa, conforme se verá mais adiante, *O Republico* desse ano não é “exaltado”, e sim “moderado”. O jornal *Nova Luz Brasileira*, um dos mais citados na bibliografia recente como representativo da posição “exaltada”, não foi lido, porque não foi publicado no ano de 1832, data a que tínhamos limitado a nossa pesquisa.

⁵Conforme informações de Marco Morel, na “Introdução” e nos “Comentários” que elaborou para os textos de Cipriano Barata por ele organizados e editados, o jornal *Sentinela da Liberdade* surge no Recife em 9 de abril de 1823, e tem 66 edições publicadas até novembro do mesmo ano, quando o redator é preso. Solto em 1830, Barata retoma no ano seguinte a publicação do jornal, em Salvador (BARATA, 2008, p. 20-21). Nessa nova fase, são publicados 22 números, dos quais existiriam apenas cinco em arquivos públicos (*Idem*, p. 647). Depois, o redator escreve o seu jornal em diversas prisões por que passa no período regencial. Entre setembro de 1831 e janeiro de 1834, saem 36 números, dos quais encontram-se oito disponíveis em arquivos públicos (*Idem*, p. 763).

⁶Como podemos notar, a atribuição de características animais aos adversários, e o arrogar-se da racionalidade (MOREL, 2010, P. 86), não foi uma prática apenas dos moderados em relação aos exaltados. Foi chumbo trocado. Cada parte envolvida retinha a razão em si, e projetava no adversário as forças más e irracionais, figuradas nas imagens de animais ameaçadores.

⁷Marcos Ferreira de Andrade e Janaína de Carvalho Silva exploraram as representações da imprensa adversária sobre Evaristo no artigo “Moderados, exaltados e caramurus no prelo carioca: os embates e as representações de Evaristo da Veiga (1831-1835)” (ANDRADE; SILVA, 2012).



⁸De acordo com as informações de nota de rodapé de Marco Morel em BARATA (2008, p. 782). Ver, sobre o redator d’*O Exaltado*, o artigo intitulado “Percurso de um homem de letras nos oitocentos: as múltiplas faces de Marcelino Pinto Ribeiro Duarte” (CAMPOS; PANDOLFI; BASILE, 2018).

⁹A origem do uso do termo “exaltação” pelos adversários dos chamados “exaltados”, como uma acusação a estes feita, foi uma questão bem desenvolvida por Marco Morel (2010, p. 99-117).

¹⁰Conselho Supremo dos Judeus em Jerusalém. [Michaelis]

¹¹Em nota a esta passagem, Marco Morel informa que se chegou a “atribuir tal violência ao próprio Pedro I, que estaria encapuzado”.

¹²O jornal *A verdade*, segundo se depreende dos debates na Câmara, era editado por Saturnino, irmão de Aureliano.

¹³Diz que os Exaltados seriam componentes das “fileiras dos defensores da Constituição, com reformas, e *Pedro Segundo*” (O EXALTADO, 1832g, p. 4).

¹⁴Aos “republicanos por amor de si” (os moderados que usam a palavra “república”), o redator opõe Cipriano Barata, que seria, segundo ele, “republicano por amor à pátria” (O EXALTADO, 1832e, p. 4).

¹⁵Os argumentos d’*O Exaltado* que indicam uma apropriação da noção de república pelos moderados tornam ainda mais complexa a discussão da presença dessa noção no debate do período, complexidade que já se mostra no fato de nesses jornais por nós pesquisados e citados não se revelar nenhum grau de republicanismo, e até mesmo a recusa dele, ao contrário do que afirmam Basile (2006, p. 77; 2009, p. 72, onde diz que os exaltados eram “majoritariamente republicanos”) e Fonseca (2004). Mais ajustada às expressões dos participantes dos desdobramentos da política, no período considerado neste artigo, nos parece a perspectiva de Gladys Sabina Ribeiro, que destaca a defesa exaltada da monarquia constitucional (RIBEIRO, 2006, p. 127).

¹⁶Os números de 1832 d’*O Republico* foram publicados na Paraíba. O jornal tinha sido publicado no Rio de Janeiro, entre 1830 e 1831. Depois dos números paraibanos, o jornal teve, segundo Hélio Vianna, mais três fases: uma em 1834, outra em 1837 e uma última entre 1853 e 1855 (VIANNA, 1945, p. 540-585).

¹⁷Diferentemente do *Exaltado*, a numeração das páginas d’*O Republico* em cada número é consecutiva à do número anterior.

¹⁸Essa adesão de Borges da Fonseca aos “moderados”, não mencionada na bibliografia mais conhecida sobre a regência, foi tratada na dissertação de mestrado de Carolina Paes Barreto da Silva (2010). Ver especialmente o capítulo 3.

¹⁹Nos dias 12, 15, 17, 19, 21 e 22 de maio de 1832.

²⁰No *Aurora Fluminense* de 27 de janeiro de 1832 (1832h, p. 2484), lemos: “[...] resulta a convicção de que o governo está no sentido do país, que o Brasil é dos Brasileiros. O homem honesto nunca entendeu por essas palavras que às fezes da nossa sociedade, aos homens desmoralizados, fosse lícito espancar, maltratar este ou aquele indivíduo, só porque uns eram filhos do Brasil, e outros tinham visto a luz em Portugal. [...]”



²¹É de um modo muito ferino que Evaristo fala da atuação de May: “[...] Perdoe-nos o Sr. May que capricha de *gentleman* e *cavalheiro*; mas a sua conduta a nosso respeito, e de outros, assemelha-se perfeitamente ao que usam os presos da cadeia, quando depois de haverem feito corar o homem honesto à força de elogios descomedidos, e impudentes humilhações, os trocam em grosseiras invectivas, de descomposturas, loque que se lhes não deu a esmola que pediam. – Aqui a esmola não era tão pequena; proporcionava-se à categoria de mendigo, e à sua vasta fantasia.” (AURORA FLUMINENSE, 1832g, p. 2475-2476). A maior parte dos textos dá a entender que a querela entre May e Evaristo diria respeito apenas à política travada na Corte. Mas o n. 583 da *Aurora* Fluminense, 1832g, p. 2475) mostra que entre eles a disputa passava pelas eleições em Minas Gerais.

²²Neste sentido, é apropriada para o ano de 1832 a afirmação que Luciana Rodrigues faz, em relação a 1833: “A explosão do número de jornais no ano de 1833, como vemos, não solidificou as bases doutrinárias ou filosóficas que sustentassem uma identidade exaltada absoluta, mas sim diluiu as discussões em pequenos acontecimentos diários, que estavam mais próximos da experiência política daqueles redatores e dos eleitores aos quais pretendiam atingir.” (RODRIGUES, 2013, p. 93). A autora expõe o conteúdo de um texto do jornal *Filho da Terra* em que o redator afirma ter se decidido definitivamente pelo lado “exaltado” em setembro de 1831, quando o governo “moderado” cercou o Teatro de São Pedro, onde ocorria uma reunião de seus adversários (RODRIGUES, 2013, p. 77-78).